



A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de.¹

RESUMO

Este Artigo apresenta os principais fundamentos da mundialização do capital e, a partir de dados qualitativos e quantitativos, procura demonstrar a incidência deste processo para a prática profissional de Assistentes Sociais no Brasil. Abordamos a mundialização do capital sob a hegemonia do capital imperialista procurando demonstrar como o domínio do capital financeiro internacionalizado contradiz as lutas sociais do Serviço Social brasileiro quando este vislumbra a garantia e ampliação de direitos sociais e a construção de uma nova ordem societária.

Palavras-chave: mundialização do capital, financeirização do capital, exploração capital/trabalho.

INTRODUÇÃO

Para compreender o processo de mundialização do capitalismo monopolista, é preciso ter clareza que este processo de avanço do capital sobre a totalidade das relações sociais se desenvolveu com maior vigor no período pós-Segunda Guerra. Naquele momento, a centralização de capitais em grandes monopólios nacionais alcança proporções gigantescas e promove, progressivamente, a *fusão internacional do capital*.² A consolidação deste processo irá ocorrer como enfrentamento à onda longa de estagnação do capital, iniciada na década de 1970 e configurou o que tem se denominado mundialização do capital. É, ainda, um fenômeno que determina e,

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR – Setor Litoral- Brasil). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 2014 – Brasil). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR – 2003 – Brasil). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR – 1983 – Brasil). E-mail: gimeirelles@ufpr.br.

² Para aprofundamento do tema, vide Ernest Mandel (1982), onde o autor aprofunda os tipos de fusão existentes, levando-se em conta os diferentes proprietários de capital. O caso mais comum de fusão entre empresas refere-se ao caso de empresas menores serem absorvidas por empresas maiores, sendo o capital centralizado por uma empresa internacional centralizadora. Apenas a título de exemplo, no Brasil podemos citar as empresas brasileiras **Brahma** e **Antártica** que se uniram, dando lugar à **Ambev**, que, pelo que se sabe, controla a maior parte do mercado brasileiro. No ano 2000 a **Ambev** comprou, no Uruguai, a **Norteña** (de capital alemão) e a **Salus** de capital francês (Dadone) e várias "nacionais". Em 2002 se associaram com a **Quinsa** (argentina), que era a maior proprietária da **Pilsen** (uruguaia) e que se associou a gigante belga Interbrew formando a Inbev, que adquiriu a Budweiser. Este é um exemplo que representa a absorção de empresas menores por empresas maiores. Mas, existem outras modalidades, por exemplo, quando os monopólios podem se fundir a partir de diferentes proprietários associados com uma empresa internacional que não centraliza o controle, diluindo-o entre todos os acionistas. Como exemplo, Mandel (1982) cita as enormes sociedades anônimas norte-americanas que criaram filiais e subsidiárias em muitos países (General Electric, Ford, Esso, Texaco, General Motors, IBM e outras). Estas empresas gigantes não representam uma verdadeira fusão internacional de capital, pois tanto em termos de origem como de controle, seu capital continua sendo nacional.



simultaneamente, é determinado pela emergência da perspectiva neoliberal e a consequente reestruturação produtiva do capital iniciada em nosso país na década de 1990.

Podemos considerar que os protagonistas dessa estratégia capitalista, que afinal, atinge todos os setores da vida social através da reestruturação do sistema produtivo, são os grandes oligopólios materializados em corporações criadoras de novas necessidades produtivas e de consumo, com vistas a reprodução ampliada do capital e a consequente absorção de maiores lucros. Não esqueçamos que maiores lucros estão sempre vinculados a maior extração de mais-valia e, portanto, ao aumento dos níveis de exploração do trabalho pelo capital. Isto aprofunda os processos de centralização e concentração capitalista, garantindo que a riqueza socialmente produzida permaneça nas mãos do grande capital nacional e internacional.

O processo de centralização e concentração de capitais atinge visceralmente o Serviço Social brasileiro ao promover a ampliação da pauperização absoluta e relativa bem como da desigualdade social, o que contradiz frontalmente os princípios basilares do Projeto Ético-Político da profissão. Além disto, a efetivação de políticas sociais enquanto mediação para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora fica prejudicada, tendo em vista o contingenciamento de recursos do fundo público previstos no orçamento da União, destinados à implantação ou implementação de políticas que garantam direitos de cidadania para o conjunto da classe trabalhadora.

1. Principais fundamentos da mundialização do capital.

Partimos do pressuposto de que a mundialização do capital é acompanhada pela liberalização e pela desregulamentação do mercado financeiro internacional, onde passa a prevalecer a conexão imediata entre diferentes instituições político-econômicas de diferentes Estados nacionais com o objetivo de retomada da acumulação capitalista, em queda diante da crise da década de 1970. Isto significou a abertura do mercado de capitais permitindo a conexão instantânea entre as economias nacionais. Evidentemente, o fator instantâneo somente foi possível a partir da *Revolução Tecnológica* (Mandel, 1982) consolidada na década de 1970 nos países imperialistas e a partir da década de 1990 nos países de capitalismo dependente, como é o caso dos países da América Latina, Ásia e África.

É preciso salientar que esse processo é extremamente complexo, dinâmico e multifacetado. O que parece comum a todos os estudiosos é que se trata de uma



profunda alteração nas relações econômicas em termos “globais”, promovendo, progressivamente, uma reconfiguração das relações sociais de produção capitalista.

No pós-Segunda Guerra, o capital viveu uma fase de grande expansão, considerada pela maioria dos estudiosos como uma “Era gloriosa” do capitalismo. Porém, na onda longa de estagnação deflagrada na década de 1970, a inflação generalizada reduziu as taxas de lucros de todo o mercado mundial gerando desemprego e alto custo de vida em todos os países capitalistas, não sendo possível ao capital controlar a crise que se propagava. Acrescenta-se a isso, a crise do petróleo que vinha numa fase expansiva desde o final da Segunda Guerra. Consequentemente, diante das fases cíclicas do capital aquela conjuntura de superprodução de mercadorias em escala mundial só poderia ocasionar, em algum momento, uma fase de desaceleração econômica, alta da inflação e crise.

Naquele contexto de crise, o capitalismo monopolista encontrou condições objetivas para liberalizar e desregular as relações de mercado disseminando a ideia de esgotamento do “socialismo real” em função da estagnação financeira que atingia a URSS e demais países de orientação socialista. Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim do “comunismo soviético”, anunciava-se o “fim da história”, o fim da sociedade de classes, o fim da sociedade salarial hegemônica no fordismo-keynesianismo e o declínio das esquerdas revolucionárias. Isto ocorreu por uma suposta crença de vitória político-ideológica do liberalismo econômico e da social-democracia sobre o “socialismo real”. A derrota soviética representava para o imperialismo capitalista a adesão do bloco socialista às formas de produção capitalista como padrão produtivo supostamente superior e coerente com as expectativas mundializadas das relações sociais de produção. Braz (2011) sugere que a falência do “socialismo real” indicava

o esgotamento não só de uma forma de transição revolucionária, mas também denotava a crise teórica das fontes que alimentaram os ideais socialistas do século 20. Instaurava-se assim, uma decantada crise do marxismo que se difundiu nos meios acadêmicos e nos movimentos organizados das classes trabalhadoras. Tratava-se de abandonar Marx e o marxismo já que eles teriam sido os responsáveis pelos equívocos cometidos na URSS e nos países do chamado ‘bloco socialista’, levando-os à ruína. Tal leitura ensejou duas grandes tendências que contaminaram o pensamento social de ‘esquerda’: uma, identificava na crise do socialismo e do marxismo, paralelamente à própria crise do capital recrudescida na entrada dos anos de 1970, o exaurimento da Modernidade como projeto civilizatório. Por outro lado, ainda que suas protoformas possam ser identificadas já na década de 1960, foi com o fim das sociedades socialistas na URSS e no Leste Europeu que essa tendência se alastrou, assumindo-se como ‘alternativa’ e se autodenominando como *projeto pós-moderno*. Ele trouxe consigo uma ‘nova esquerda’ que repudiava tanto o capitalismo quanto o socialismo. Por outro lado, mas caminhando muito próximo a essa primeira tendência, criaram-se as condições para uma *colaboração de classes* que deixaria corados os velhos social-democratas. Tal colaboracionismo de novo tipo – possibilista – passou a reivindicar o possível dentro da ordem, estabelecendo alianças com as forças conservadoras em torno da governança,



da terceira via etc. configurando-se num verdadeiro conservadorismo de esquerda (BRAZ, 2011, p.11). (*Grifos do autor*).

No que se refere às relações de trabalho e no âmbito político-ideológico do capitalismo mundializado, a crise deveria ser combatida com uma reestruturação produtiva do capital que alterasse as relações do trabalho e também, os processos de trabalho. As novas propostas, denominadas pós-fordistas, preconizam maior flexibilização nos contratos de trabalho, a incorporação de novas tecnologias, a modificação nas formas de intervenção estatal e a abertura global dos mercados. Entretanto, para a classe trabalhadora, tais desregulamentações significam a superexploração e a precarização do trabalho como a terceirização e a subcontratação, a informalidade, o trabalho parcial e temporário, o aumento do desemprego, da pobreza e da desigualdade social.

Certamente, a mundialização do capital e a reestruturação das relações de trabalho exigem a intervenção dos Estados nacionais, pois como diz Iamamoto (2007),

o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais, no lastro dos tratados internacionais como o Consenso de Washington, o Tratado de Marrakech, que cria a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo do Livre Comércio Americano (ALCA) e o Tratado de Maastricht, que cria a 'unificação' europeia. Isto é, estabelece-se o quadro jurídico e político da liberalização e da privatização, pelos agentes financeiros, do conjunto dos países da União Europeia. O espaço mundial torna-se *espaço do capital*, que se faz totalidade, elemento de diferenciação no interior de uma unidade (IAMAMOTO, 2007, p. 110).

Portanto, do processo da crise capitalista contemporânea após os “trinta anos gloriosos” de expansão capitalista, consolida-se a mundialização do capital³. Para alguns autores, a mundialização é denominada de “globalização da economia”, ou ainda, de internacionalização do capital. Esse processo, acompanhando os movimentos do imperialismo capitalista, tende a formação de grupos econômicos que potencializam seu poder na esfera político-financeira internacional e que se desdobram em verdadeiros oligopólios, com poder decisório em escala mundial.

Para Chesnais (1996), a mundialização do capital é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, porém distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de

³ “A expressão ‘mundialização do capital’ é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’. (CHESNAIS, 1996, 16). Já o termo ‘global’ “surgiu no começo dos anos 1980, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘business management schools’ de Harvard, Columbia, Stanford etc. [...] Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal” (CHESNAIS, 1996, p. 23).



liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan, sob a perspectiva neoliberal.

Além disso, a mundialização do capital é pautada por relações oligopolistas que regulam a economia global sob a égide de valorização do capital, cuja principal modalidade organizacional situa-se nas empresas multinacionais. Caracteriza-se ainda, por estratégias de aprovisionamento, estratégias de mercado e estratégias de produção racionalizada. As multinacionais, características do capitalismo mundializado, contam atualmente com uma quarta característica que Michalet (1985) denominou de estratégia técnico-financeira, sendo entendida como

resultado de uma evolução das atividades das companhias no exterior, passando da produção material direta para o fornecimento de serviços. A base de sua competitividade está alicerçada na definição de um *know-how* e na Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ela tenderá a valorizar essa vantagem em todos os setores onde for possível aplicar suas competências tecnológicas. Com isso, ela tenderá a sair do seu setor de origem e diversificar-se em modalidades totalmente originais. Sua nova força reside em sua capacidade de montar 'operações complexas', que irão exigir a combinação de operadores vindos de horizontes muito diferentes; empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais de financiamento. Destes, uns serão locais, outros estrangeiros, outros terão estatuto internacional (MICHALET, 1985, p.60 *apud* CHESNAIS, 1996, p.77).

É curioso constatar que para alguns estudiosos, não há relação direta entre a instalação de multinacionais em um país e a precarização do trabalho, ampliação das desigualdades sócio-econômicas, processos de pauperização, ampliação da exploração capital/trabalho ou a destruição ambiental etc.

Entretanto, o presente estudo esclarece que as multinacionais integram um contexto de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro internacional, instalando-se em países onde a força de trabalho é mais barata e as taxas de lucro podem ser muito maiores, o que aprofunda a desigualdade social e os processos de pauperização absoluta e relativa de parcela significativa da população. Na América Latina, por exemplo,

dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando, o processo de reestruturação apresenta um traço particular, proveniente da superexploração da força de trabalho e dos reduzidos níveis salariais, articulados em alguns ramos produtivos a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho 'qualificada' para operar os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muito inferiores aos dos países centrais – onde as empresas têm suas sedes –, tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2011, p. 39).

É possível constatar então que, sendo o capitalismo expansionista e sendo o objetivo das multinacionais a obtenção de lucros cada vez mais ampliados, torna-se



necessário aumentar a mobilidade do capital, seja através de maior diversidade do tipo de investimento ou por meio da expansão de natureza geográfica.

Observe-se que todas as ressonâncias da mundialização confrontam o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, incidindo diretamente no exercício profissional do assistente social, na medida em que aprofunda as expressões da “questão social”, eixo estruturante da profissão.

2. Os efeitos deletérios da mundialização do capital

Os dados da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 2005 apontavam para a existência de 70.000 empresas multinacionais, “correspondendo a um total de 690.000 filiais, detentoras de um estoque de capital, fora dos seus respectivos países de origem, da ordem de 9 trilhões de dólares. O montante acumulado de investimentos por estas empresas representava, no ano de 2004, 22% do Produto Interno Bruto (PIB) global, bastante acima do percentual apurado em 1980, de apenas 5% (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2005. p. 2).

Por outro lado, Petras (2007) realizou uma pesquisa sobre as 500 empresas multinacionais mais importantes do mundo tendo como primeiro resultado que, pelo critério da massa de capital investido nas multinacionais, os Estados Unidos continuam sendo o poder dominante em termos absolutos e relativos, contando com 227 (45%) das 500 empresas multinacionais (EMNs) mais importantes, seguidos pela Europa Ocidental, com 141 (28%), e Ásia, 92 (18%). Ou seja, a *Tríade* controla 91% das principais EMNs do mundo.

Vale salientar, que a integração dos mercados mundializados ocorre pela coexistência de *complementaridade e concorrência* entre capitais, de forma a não destituir o domínio imperialista por parte dos EUA, Europa e países asiáticos em expansão, sobretudo, o Japão e, recentemente, a China.⁴ É o caso da internacionalização do setor de serviços, em expansão no Brasil, por exemplo, desde o início da privatização dos grandes serviços públicos, no começo da década de 1990.

Com relação à expansão dos serviços na economia do capitalismo contemporâneo, Netto & Braz (2006), analisam que

o peso enorme dos serviços na economia do capitalismo contemporâneo é de tal ordem que alguns analistas pretenderam ver o surgimento de uma sociedade ‘pós-industrial, com atividades ‘terciárias’ tornando-se o eixo da dinâmica econômica. Trata-se de um

⁴ “Em eletrônica e equipamentos elétricos, as EMNs japonesas, e em geral as asiáticas, controlam 70% dos principais produtores; Europa 20%, enquanto os EUA possuem apenas uma EMN entre as dez primeiras” (PETRAS, 2007, p. 17).



equivoco e o inverso é que é verdadeiro: *controlados pelo grande capital, os serviços passam a obedecer uma lógica industrial* (NETTO & BRAZ, 2006, p. 222).

Nesse contexto, o maior número de fusões ocorreu nos serviços de telecomunicações com “a convergência das tecnologias de informática e de telecomunicações, bem como a introdução das tecnologias ligadas às comunicações por satélite, ao comando numérico e às fibras óticas, criaram as condições para um sistema verdadeiramente mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 206). Os Estados Unidos dominam o setor de serviços em tecnologia da informação, com “oito das dez principais empresas – o restante são europeias – e em parte como resultado das subvenções estatais obtidas através do gasto militar” (PETRAS, 2007, p. 15).

Na verdade, a mundialização do capital seria impossível sem os avanços das novas tecnologias de comunicação de massa, em função da velocidade exigida para a consolidação das operações financeiras, aquilo que Harvey (2009) denomina de compressão tempo-espço.

A pesquisa sobre as multinacionais realizada por Petras (2007) indica que as empresas americanas dedicadas ao comércio varejista ocupam oito entre os dez primeiros lugares, o que para ele não é surpreendente,

Contudo, é a esfera financeira que representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, e também, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades do capital e as necessidades da classe trabalhadora em âmbito mundial, até porque, não se pode falar em mundialização da indústria, do comércio e dos serviços sem considerar a esfera financeira.

A financeirização do capital implica no processo em que o próprio capital se metamorfoseia em mercadoria-dinheiro a ser intercambiado no mercado de capitais, em escala mais ampliada do que o intercâmbio produtivo. Entretanto, vale lembrar que os capitais que se valorizam na esfera financeira nascem do setor produtivo alimentando-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização da força de trabalho em seus múltiplos níveis de produção.

A financeirização mundializada promove, necessariamente, a internacionalização dos bancos.⁵ Aqui, é preciso lembrar que Marx (1984) já indicava

⁵ “Os bancos multinacionais dos EUA representam 60% dos dez principais bancos do mundo, seguidos pelos europeus com três e os japoneses um. O sistema bancário estadunidense cresceu graças à gestão da dívida da América Latina, Ásia e África, convertendo valores da dívida em ações de propriedade através das políticas neoliberais de privatização e desregulamentação dos mercados financeiros [...] Os gigantes bancários europeus influenciam as políticas da União Europeia. Entretanto, muito



que o processo de crescimento do capital bancário – o capital de comércio de dinheiro – na sua configuração de emprestadores de capital, derivou da própria expansão capitalista. Ao longo do processo de acumulação capitalista, os bancos se generalizaram como fornecedores de crédito para o processo de produção e cresceram também em outros procedimentos econômicos como seguros, corretagem, câmbio, investimentos etc. O crédito, isto é, o empréstimo bancário, é baseado na aquisição de juros, os quais passaram a compor as relações comerciais entre bancos e indústrias, desdobrando-se na financeirização mundial do capital, cujos juros dos empréstimos realizados, em essência, são pagos com a mais-valia que o capitalista industrial expropria da classe trabalhadora.

Por fim, a perspectiva de mundialização capitaneada pelo imperialismo capitalista, não pode deixar de ser analisada em sua dimensão político-ideológica, tendo a firme necessidade de controlar não só a produção e a distribuição da riqueza socialmente produzida, mas também, de controlar e dominar a vida social dos sujeitos em sua totalidade, através de estratégias de ampliação e homogeneização do consumo. Como diz Coutinho [1972] (2010),

elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos. Homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo “calculável” e previsível; tão somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de “padrões” estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples ‘dado’, em uma coisa passiva. Desse modo, a manipulação da vida privada não passa de uma ampliação a novas esferas daquilo que chamamos de racionalidade burocrática, a qual é a ‘racionalidade’ espontânea no quadro da alienação capitalista. (COUTINHO, [1972] 2010, p. 71).

Neste último aspecto, podemos considerar que a mundialização conduz a hegemonia de monopólios tecnológicos, culturais, gastronômicos, turísticos e até mesmo religiosos com o intuito de disseminar um comportamento, sobretudo de consumo, altamente controlável pelo capital visando ampliar a acumulação capitalista dentro de uma ordem mundialmente padronizada e estabelecida.

O imperialismo capitalista invade, progressivamente, o cotidiano e a cultura de todos os países, incidindo cada vez mais nas opções e escolhas, individuais e coletivas, também cada vez mais homogeneizadas, utilizando-se para isso, sobretudo, do potencial juvenil como arremesso para a disseminação de novos produtos, ao

frequentemente os bancos multinacionais europeus atuam em acordo com os bancos estadunidenses, através do ‘Clube de Paris’, com os mesmos objetivos de cobrança da dívida de outros países através de políticas comuns” (PETRAS, 2007, p. 7).



turismo sexual, à internacionalização da divisão social do trabalho, ao “mote” da individualização como fonte de realização pessoal, destituindo a perspectiva coletiva.

O capital recorre ao enfraquecimento dos movimentos sociais e a segmentação de classe, sobretudo da classe trabalhadora que, ao contrário de ser vista como uma unidade de diversidades, passa a ser visualizada por segmentos (gênero, etnia, escolarização, local de moradia etc.) dificultando a organização e as lutas de classe em sua totalidade.

3. Considerações Finais

Neste artigo, demonstramos a complexidade do processo de mundialização do capital e seus rebatimentos para a classe trabalhadora de todo o globo. Há que se levar em conta também, as particularidades da atual conjuntura político-econômica do Brasil, que recentemente encerrou um golpe parlamentar sobre o governo da Presidente da República Dilma Rousseff, o que exige análise minuciosa, pois se trata de uma ofensiva brutal à trajetória sócio-histórica da classe trabalhadora brasileira.

Para o Serviço Social brasileiro, que desde fins da década de 1970 vem construindo a perspectiva crítica em seus pressupostos teórico-metodológicos, operativos e organizativos, as ofensivas neoliberais mundializadas, conjugadas com a atual conjuntura nacional, representam um grande retrocesso para as lutas sociais da classe trabalhadora, o que exige o alerta permanente por parte da categoria profissional.

Quando levamos em consideração a perspectiva crítico-dialética e conseqüentemente, incorporamos as manifestações da “questão social” enquanto eixo fundante da profissão, os desdobramentos da acumulação capitalista mundializada incidem fortemente nas dimensões constitutivas do Serviço Social. Tais dimensões representam uma unidade dialética e a subdivisão abaixo serve apenas para fins didático-explicativos.

No aspecto teórico-metodológico, a mundialização nos exige o privilegiamento permanente de abordagens crítico-dialéticas no processo de formação profissional, à medida que tem sido possível observar o fortalecimento de certos conteúdos positivistas nos meios acadêmicos, ocupacionais e organizativos da categoria, os quais remetem a posturas teórico-metodológicas de viés conservador no trato da “questão social” contemporânea.

Quanto à dimensão técnico-operativa, a mundialização do capital pode promover uma atuação profissional de caráter regressivo, com a utilização dos



instrumentais técnico-operativos próprios da profissão como mediações voluntaristas e mantenedoras do conservadorismo, destituindo a luta histórica travada pelo conjunto da categoria profissional, quando optou por um projeto hegemônico direcionado à transformação social, isto é, à emancipação sócio-política com a construção de uma nova ordem societária. Neste caso, temos presenciado, por exemplo, uma retomada contundente da influência de princípios religiosos tentando se sobrepor a cientificidade profissional.

Lembre-se aqui, a intransigência do capital quando investe, a qualquer custo, na homogeneização cultural e de comportamentos, o que alerta para a necessidade de não abdicarmos da unidade indissociável entre teoria e prática, prevista no projeto ético-político da profissão. Ou seja, a atual conjuntura nos exige um esforço permanente na articulação entre formação profissional e prática profissional, consolidando a unidade dialética teoria e prática que reveste a profissão na contemporaneidade.

No que se refere à dimensão político-organizativa do Serviço Social, vale lembrar que a ofensiva neoliberal mundializada se apresenta insidiosamente no resgate de princípios e valores éticos que tendem ao enfraquecimento da luta de classes e uma suposta harmonização social a partir da passivização da classe trabalhadora, incluindo aqui, a própria categoria de assistente social. Neste caso, o apoio contundente aos coletivos que nos representam como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) tornam-se imprescindíveis.

Neste sentido, entendemos que o atual momento político-econômico mundial e, especialmente os recentes ataques à frágil democracia em nosso país, conclamam ao fortalecimento da perspectiva crítico-dialética no interior do Serviço Social com o desenvolvimento de práxis profissionais (e, também, sociais) de caráter transformador e revolucionário. Mais ainda, pensamos que é necessário resistir aos ataques do imperialismo socioeconômico, político e cultural, ao quais disseminam retrocessos civilizatórios e regressões de sociabilidades sem precedentes no marco da sociedade capitalista mundializada. Estamos diante de estratégias que ocultam, em nome do capital, que a homogeneização baseada no *american way life*, é uma agressão as culturas e as condições gerais de vida da classe trabalhadora. O que se vê é a violação de direitos sociais, trabalhistas e humanos que suprimem, quando não tentam



aniquilar, projetos societários que vislumbram a emancipação social por meio da libertação dos grilhões do capital.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *O continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRASIL. Observatório Social. Disponível em <http://osbrasil.org.br/>. Acesso: 23/06/2013.
- BRAZ, Marcelo. *Partido e Revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a Miséria da Razão*. [1972]. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 18ª. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. vol. I e II, 9ª. ed. trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1984.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca básica/Serviço Social, Vol 1. São Paulo: Cortez, 2006.
- PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.